

ACADEMIA DA FORÇA AEREA

Termo de Referência 96/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
96/2026	120060-ACADEMIA DA FORÇA AEREA	ARMANDO CESAR FRANCA NERY	09/06/2026 12:14 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	76/2026	67510.000681/2026-74

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Gêneros Alimentícios Industrializados - Vol II para a Seção de Subsistência da AFA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Catmat	Un	Quant.	Req. Max	Req. Mín	Valor Unit.	Valor total	Cota Reservada
1	AÇAFRÃO, EM PÓ, PRÓPRIO PARA USO CULINÁRIO, APRESENTANDO PÓ HOMOGÊNEO, SEM UMIDADE OU EMPEDRAMENTO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER EXCLUSIVAMENTE "CÚRCUMA" OU "AÇAFRÃO-DA-TERRA". OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: SÓDIO ≤ 200 MG E GORDURAS TRANS = 0 G, COM VALORES COMPATÍVEIS COM ESPECIARIA DESIDRATADA. EMBALAGEM ÍNTEGRA, LACRADA E ROTULAGEM CONFORME ANVISA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): KITANO, BOMBAY, MRS TASTE (OU EQUIVALENTE). CASO O PRODUTO SEJA FRACIONADO E REEMBALADO, O FORNECEDOR DEVERÁ GARANTIR O ATENDIMENTO À RESPONSABILIDADE TÉCNICA E ÀS NORMAS DE SEGURANÇA PERTINENTES À REEMBALAGEM DE PRODUTOS. O PRODUTO NÃO DEVE SER ACRESCIDO DE FARINHAS E/OU AMIDOS. PACOTE COM 500 G.	463857	UN	36	9	3	R\$ 19,95	R\$ 718,20	NÃO
2	AÇÚCAR REFINADO, EM SACHÊ, PRÓPRIO PARA ADOÇAMENTO DE BEBIDAS E PREPARAÇÕES, EM SACHÊS INDIVIDUAIS. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER EXCLUSIVAMENTE "AÇÚCAR". OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: CARBOIDRATOS ≥ 99 G, GORDURAS TOTAIS = 0 G, GORDURAS SATURADAS = 0 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO ≤ 20 MG. SACHÊS E EMBALAGEM EXTERNA ÍNTEGROS, COM LOTE E VALIDADE. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): UNIÃO, GUARANI, DA BARRA (OU EQUIVALENTE). EMBALADA EM CAIXA COM 400 UNIDADES.	463999	CX	12	3	1	R\$ 23,50	R\$ 282,00	NÃO
3	ADOÇANTE DIETÉTICO EM PÓ, DIETÉTICO EM PÓ, EM SACHÊS INDIVIDUAIS, DESTINADO AO ADOÇAMENTO DE BEBIDAS E PREPARAÇÕES. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE IDENTIFICAR O (S) EDULCORANTE(S) PERMITIDO(S) PELA ANVISA (EX.: SUCRALOSE, ESTÉVIA, SACARINA, CICLAMATO, ASPARTAME), PODENDO CONTER VEÍCULOS/AGENTES DE VOLUME; É VEDADA A PRESENÇA DE "AÇÚCAR"/"SACAROSE" NA LISTA DE INGREDIENTES. OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: VALOR ENERGÉTICO ≤ 20 KCAL E AÇÚCARES ADICIONADOS = 0 G (QUANDO INFORMADO NO RÓTULO), COM VALORES COMPATÍVEIS COM A NATUREZA DO PRODUTO. ROTULAGEM NUTRICIONAL E DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS CONFORME ANVISA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): LÍNEA, ZERO CAL, STEVITA (OU EQUIVALENTE). EMBALADO EM CAIXA COM 1.000 UNIDADES.	467178	UN	4	2	1	R\$ 41,13	R\$ 164,52	NÃO
	ALHO FRITO, GRANULADO OU LAMINADO, PRONTO PARA USO CULINÁRIO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "ALHO" COMO PRIMEIRO INGREDIENTE. OBSERVANDO A								

4	ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. É VEDADA A PRESENÇA DE "GORDURA VEGETAL HIDROGENADA" NA LISTA DE INGREDIENTES. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: GORDURAS TRANS \leq 0,5 G E SÓDIO \leq 500 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA, LACRADA E ROTULADA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): KISABOR, KITANO, BOMBAY (OU EQUIVALENTE). CASO O PRODUTO SEJA FRACIONADO E REEMBALADO, O FORNECEDOR DEVERÁ GARANTIR O ATENDIMENTO À RESPONSABILIDADE TÉCNICA E ÀS NORMAS DE SEGURANÇA PERTINENTES À REEMBALAGEM DE PRODUTOS. O PRODUTO NÃO DEVE SER ACRESCIDO DE FARINHAS E/OU AMIDOS. EMBALAGEM COM 500G.	463860	UN	2.000	500	167	R\$ 38,66	R\$ 77.320,00	NÃO
5	BATATA CONGELADA, PRÉ-FRITA, CORTE TIPO CRINKLE OU EQUIVALENTE, CONGELADA. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "BATATA" COMO PRIMEIRO INGREDIENTE. OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. É VEDADA A PRESENÇA DE "GORDURA VEGETAL HIDROGENADA" NA LISTA DE INGREDIENTES. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: GORDURAS TRANS \leq 0,5 G E SÓDIO \leq 450 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E LACRADA, COM ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): BEM BRASIL, MCCAIN, AURORA (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM 1,5 KG.	481135	UN	5.000	1.250	417	R\$ 22,75	R\$ 113.750,00	NÃO
6	BISCOITO AMANTEIGADO, TIPO AMANTEIGADO, SEM RECHEIO, COM TEXTURA CROCANTE /QUEBRADIÇA. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR FARINHA/AMIDO E GORDURA COMO INGREDIENTES CARACTERÍSTICOS, SEM "GORDURA VEGETAL HIDROGENADA". OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: GORDURAS TRANS \leq 1 G E SÓDIO \leq 300 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA, COM ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): BAUDUCCO, MARILAN, ISABELA (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM DE 2KG.	625251	CX	360	90	30	R\$ 42,98	R\$ 15.472,80	NÃO
7	BOMBOM DE CHOCOLATE AO LEITE, BOMBOM DE CHOCOLATE, UNIDADES INDIVIDUALMENTE EMBALADAS. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR INGREDIENTES CARACTERÍSTICOS DE CHOCOLATE (EX.: AÇÚCAR, MASSA DE CACAU/CACAU, LEITE OU DERIVADOS, MANTEIGA DE CACAU), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: AÇÚCARES TOTAIS ENTRE 45-65 G, GORDURAS TOTAIS ENTRE 20-35 G, GORDURAS TRANS \leq 0,5 G E SÓDIO \leq 150 MG, COM VALORES COMPATÍVEIS COM A CATEGORIA. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): GAROTO, LACTA, NESTLÉ (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM 1 KG.	464004	UN	450	113	38	R\$ 56,29	R\$ 25.330,50	NÃO
8	BOMBOM DE CHOCOLATE RECHEADO, BOMBOM DE CHOCOLATE, UNIDADES INDIVIDUALMENTE EMBALADAS. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR INGREDIENTES CARACTERÍSTICOS DE CHOCOLATE (EX.: AÇÚCAR, MASSA DE CACAU/CACAU, LEITE OU DERIVADOS, MANTEIGA DE CACAU), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: AÇÚCARES TOTAIS ENTRE 45-65 G, GORDURAS TOTAIS ENTRE 20-35 G, GORDURAS TRANS \leq 0,5 G E SÓDIO \leq 150 MG, COM VALORES COMPATÍVEIS COM A CATEGORIA. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): GAROTO, LACTA, NESTLÉ (OU EQUIVALENTE). CAIXA CONTENDO 30 UNIDADES.	464004	CX	180	45	15	R\$ 93,25	R\$ 16.785,00	NÃO
9	BRÓCOLIS CONGELADO, CONGELADO, EM FLORETES OU EQUIVALENTE. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER EXCLUSIVAMENTE "BRÓCOLIS". OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: SÓDIO \leq 50 MG E GORDURAS TRANS = 0 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA E LACRADA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): BONDUELLE, DAUCY, SEARA (OU EQUIVALENTE). EMBALADA EM SACO DE POLIETILENO COM APROXIMADAMENTE 1,02 KG.	636217	UN	900	225	75	R\$ 16,85	R\$ 15.165,00	NÃO
10	CACAU EM PÓ, PRÓPRIO PARA PREPAROS E BEBIDAS. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "CACAU" OU "CACAU EM PÓ" COMO ÚNICO INGREDIENTE. OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: AÇÚCARES ADICIONADOS = 0 G (QUANDO DECLARADO) E SÓDIO \leq 100 MG, COM VALORES COMPATÍVEIS COM CACAU PURO. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): QUALICOCO, MELKEN, NESTLÉ DOIS FRADES (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM 200G.	463532	UN	3.000	750	250	R\$ 24,71	R\$ 74.130,00	NÃO
11	CAFÉ TORRADO EM GRÃO PRÓPRIO PARA MOAGEM E PREPARO DE BEBIDA EM MÁQUINA DE CAFÉ EXPRESSO. TORRA MÉDIA. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER EXCLUSIVAMENTE "CAFÉ". OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE SER COMPATÍVEL COM CAFÉ PURO, INDICANDO, POR 100 G: SÓDIO \leq 50 MG E GORDURAS TRANS = 0 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): 3 CORAÇÕES, PILÃO, MELITTA (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM 1 KG.	463572	UN	450	113	38	R\$ 90,00	R\$ 40.500,00	NÃO
	CANELA EM PÓ, PRÓPRIA PARA USO CULINÁRIO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER EXCLUSIVAMENTE "CANELA" OU "CANELA EM PÓ". OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: SÓDIO \leq 200 MG E GORDURAS TRANS = 0 G, COM VALORES COMPATÍVEIS COM ESPECIARIA								

12	DESIDRATADA. EMBALAGEM ÍNTEGRA E LACRADA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): KITANO, BOMBAY, MRS TASTE (OU EQUIVALENTE). CASO O PRODUTO SEJA FRACIONADO E REEMBALADO, O FORNECEDOR DEVERÁ GARANTIR O ATENDIMENTO À RESPONSABILIDADE TÉCNICA E ÀS NORMAS DE SEGURANÇA PERTINENTES À REEMBALAGEM DE PRODUTOS. O PRODUTO NÃO DEVE SER ACRESCIDO DE FARINHAS E/OU AMIDOS. EMBALAGEM COM 1 KG.	463872	UN	72	18	6	R\$ 24,88	R\$ 1.791,36	NÃO
13	CANJICA BRANCA (MILHO PARA CANJICA), GRÃOS ÍNTEGROS E LIMPOS. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER EXCLUSIVAMENTE “MILHO” OU “MILHO PARA CANJICA”. OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE SER COMPATÍVEL COM CEREAL, INDICANDO, POR 100 G: CARBOIDRATOS ENTRE 70–85 G, PROTEÍNAS ENTRE 6–10 G, GORDURAS TOTAIS ≤ 5 G E SÓDIO ≤ 20 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA, ROTULADA E LACRADA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): YOKI, CAMPO BELO, KICALDO (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM 500 G.	459075	UN	540	135	45	R\$ 6,47	R\$ 3.493,80	NÃO
14	CAPPUCCINO SOLÚVEL, PRÓPRIO PARA DILUIÇÃO EM LEITE OU ÁGUA, COM PÓ HOMOGÊNEO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER “CACAU” OU “CACAU EM PÓ” ENTRE OS CINCO PRIMEIROS INGREDIENTES, E AÇÚCAR NÃO PODERÁ CONSTAR COMO PRIMEIRO INGREDIENTE. OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: SÓDIO ≤ 900 MG E GORDURAS TRANS = 0 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): 3 CORAÇÕES, NESCAFÉ, MELITTA (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM 200 G.	468083	UN	270	68	23	R\$ 25,56	R\$ 6.901,20	NÃO
15	CASQUINHA/CESTINHA DE BISCOITO PARA SORVETE, CROCANTE. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR FARINHA DE TRIGO (OU EQUIVALENTE) COMO INGREDIENTE CARACTERÍSTICO, SEM “GORDURA VEGETAL HIDROGENADA”. OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: GORDURAS TRANS ≤ 1 G E SÓDIO ≤ 400 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): MARVI, KIBON, NESTLÉ (OU EQUIVALENTE). CAIXA COM 120 UNIDADES, EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 2,04KG.	474394	UN	225	56	19	R\$ 84,97	R\$ 19.118,25	NÃO
16	KETCHUP/CATCHUP, PRONTO PARA CONSUMO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER “TOMATE”/“POLPA DE TOMATE” ENTRE OS DOIS PRIMEIROS INGREDIENTES, E AÇÚCAR NÃO PODERÁ CONSTAR COMO PRIMEIRO INGREDIENTE. OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: SÓDIO ≤ 1500 MG E GORDURAS TRANS = 0 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): HEINZ, HELLMANN'S, QUERO (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 3,8 KG.	459663	UN	450	113	38	R\$ 30,45	R\$ 13.702,50	NÃO
17	CHÁ DE ERVAS (CHÁ SECO), PRÓPRIO PARA INFUSÃO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER EXCLUSIVAMENTE PLANTAS/ERVAS (SEM AÇÚCAR, SEM ADOÇANTES E SEM AROMATIZANTES ARTIFICIAIS). OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE SER COMPATÍVEL COM CHÁ SECO, INDICANDO, POR 100 G: SÓDIO ≤ 50 MG E GORDURAS TRANS = 0 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): LEÃO, TWININGS, DR. OETKER (OU EQUIVALENTE).CASO O PRODUTO SEJA FRACIONADO E REEMBALADO, O FORNECEDOR DEVERÁ GARANTIR O ATENDIMENTO À RESPONSABILIDADE TÉCNICA E ÀS NORMAS DE SEGURANÇA PERTINENTES À REEMBALAGEM DE PRODUTOS. O PRODUTO NÃO DEVE SER ACRESCIDO DE FARINHAS E/OU AMIDOS., EMBALAGEM COM 10 SACHÊS COM 16G CADA, DIVERSOS SABORES.	617631	UN	270	68	23	R\$ 4,58	R\$ 1.236,60	NÃO
18	CHÁ MATE (CHÁ SECO), PRÓPRIO PARA INFUSÃO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER EXCLUSIVAMENTE “ERVA-MATE” OU “FOLHAS DE ERVA-MATE TOSTADAS”, SEM AÇÚCAR E SEM ADOÇANTES. OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE SER COMPATÍVEL COM CHÁ SECO, INDICANDO, POR 100 G: SÓDIO ≤ 50 MG, GORDURAS TOTAIS ≤ 1 G E GORDURAS TRANS = 0 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): LEÃO, MATTE REAL, BARÃO (OU EQUIVALENTE).CASO O PRODUTO SEJA FRACIONADO E REEMBALADO, O FORNECEDOR DEVERÁ GARANTIR O ATENDIMENTO À RESPONSABILIDADE TÉCNICA E ÀS NORMAS DE SEGURANÇA PERTINENTES À REEMBALAGEM DE PRODUTOS. O PRODUTO NÃO DEVE SER ACRESCIDO DE FARINHAS E/OU AMIDOS. EMBALAGEM COM 250G. RENDIMENTO DE 18,5L.	625667	CX	90	23	8	R\$ 9,60	R\$ 864,00	NÃO
19	CHOCOLATE AO LEITE EM BARRA. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR INGREDIENTES CARACTERÍSTICOS DE CHOCOLATE AO LEITE (EX.: AÇÚCAR, LEITE/DERIVADOS, MASSA DE CACAU/CACAU, MANTEIGA DE CACAU), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: AÇÚCARES TOTAIS ENTRE 45–65 G, GORDURAS TOTAIS ENTRE 25–40 G, GORDURAS TRANS ≤ 0,5 G E SÓDIO ≤ 150 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): GAROTO, LACTA, NESTLÉ (OU EQUIVALENTE).. EMBALAGEM DE 1KG.	631997	UN	360	90	30	R\$ 45,00	R\$ 16.200,00	NÃO
	COBERTURA LÍQUIDA PARA SORVETES, SABORES SORTIDOS (MORANGO, CARAMELO, CHOCOLATE). A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER AÇÚCAR E INGREDIENTES CARACTERÍSTICOS DO SABOR (EX.: CACAU PARA CHOCOLATE, FRUTA PARA MORANGO),								

20	OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: CARBOIDRATOS ENTRE 55–80 G, GORDURAS TOTAIS \leq 5 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO \leq 150 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): SELECTA, DU PORTO, TOPPING NESTLÉ (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 1,3KG.	467285	UN	180	45	15	R\$ 32,88	R\$ 5.918,40	NÃO
21	COCO RALADO, PRÓPRIO PARA PREPAROS. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "COCO" COMO INGREDIENTE PRINCIPAL, PODENDO CONTER CONSERVADORES PERMITIDOS, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: CARBOIDRATOS \leq 30 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO \leq 100 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): DUCOCO, COCO DO VALE, SOCÔCO (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM DE 1 KG.	427816	UN	216	54	18	R\$ 46,00	R\$ 9.936,00	NÃO
22	COGUMELO TIPO CHAMPIGNON, INTEIRO, PRÉ COZIDO, EM CONSERVA DE ÁGUA COM SAL, A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "COGUMELO" COMO PRIMEIRO INGREDIENTE, PODENDO CONTER ÁGUA, SAL E ACIDULANTES PERMITIDOS, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: SÓDIO \leq 900 MG E GORDURAS TRANS = 0 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): BONDUELLE, TOZZI, JUREMA (OU EQUIVALENTE) EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 1,01KG DRENADO E PESO LÍQUIDO 2KG. CONTENDO NO MÍNIMO 1,4G DE FIBRA ALIMENTAR E NO MÁXIMO 163MG DE SÓDIO POR PORÇÃO DE 50G.	463787	UN	100	25	8	R\$ 90,16	R\$ 9.016,00	NÃO
23	COLORAU EM PÓ, COLORAU EM PÓ, PRÓPRIO PARA USO CULINÁRIO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "URUCUM"/"COLORAU" COMO INGREDIENTE CARACTERÍSTICO, PODENDO CONTER FARINHA/FÉCULA OU SAL COMO VEÍCULO, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: SÓDIO \leq 1500 MG E GORDURAS TRANS = 0 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): KITANO, ARISCO, BOMBAY (OU EQUIVALENTE).CASO O PRODUTO SEJA FRACIONADO E REEMBALADO, O FORNECEDOR DEVERÁ GARANTIR O ATENDIMENTO À RESPONSABILIDADE TÉCNICA E ÀS NORMAS DE SEGURANÇA PERTINENTES À REEMBALAGEM DE PRODUTOS. O PRODUTO NÃO DEVE SER ACRESCIDO DE FARINHAS E/OU AMIDOS. EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 1,05KG.	463937	UN	90	23	8	R\$ 20,43	R\$ 1.838,70	NÃO
24	CREAM CHEESE, CREMOSO, PRÓPRIO PARA USO CULINÁRIO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "LEITE" E/OU "CREME DE LEITE" ENTRE OS DOIS PRIMEIROS INGREDIENTES, PODENDO CONTER CULTURAS LÁCTEAS, SAL E ESTABILIZANTES PERMITIDOS, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: PROTEÍNAS \geq 4 G, CARBOIDRATOS \leq 10 G, GORDURAS TRANS \leq 1 G E SÓDIO \leq 700 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): PHILADELPHIA, POLENGHI, TIROLEZ (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE DE 300G.	446675	UN	450	113	38	R\$ 16,95	R\$ 7.627,50	NÃO
25	CREME DE LEITE, PRÓPRIO PARA USO CULINÁRIO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "CREME DE LEITE" COMO INGREDIENTE CARACTERÍSTICO, PODENDO CONTER ESTABILIZANTES PERMITIDOS, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: CARBOIDRATOS \leq 10 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO \leq 150 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): NESTLÉ, PIRACANJUBA, ITAMBÉ (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM TETRAPACK COM APROXIMADAMENTE 1 KG.	446538	UN	3.600	900	300	R\$ 14,41	R\$ 51.876,00	NÃO
26	DOCE DE AMENDOIM TIPO PAÇOCA, FORMATO TABLETE. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "AMENDOIM" ENTRE OS DOIS PRIMEIROS INGREDIENTES, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: PROTEÍNAS \geq 10 G, AÇÚCARES TOTAIS \leq 55 G, GORDURAS TRANS \leq 0,5 G E SÓDIO \leq 200 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): PAÇOQUITA, DADINHO, YOKI (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 18G, EMBALAGEM APROXIMADAMENTE 1,8 KG.	462646	UN	90	23	8	R\$ 42,88	R\$ 3.859,20	NÃO
27	DOCE DE AMENDOIM TIPO PAÇOCA, FORMATO ROLHA. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "AMENDOIM" ENTRE OS DOIS PRIMEIROS INGREDIENTES, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: PROTEÍNAS \geq 10 G, AÇÚCARES TOTAIS \leq 55 G, GORDURAS TRANS \leq 0,5 G E SÓDIO \leq 200 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): PAÇOQUITA, DADINHO, YOKI (OU EQUIVALENTE). EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM 65 UNIDADES E EM EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 1,17 KG.	462637	UN	180	45	15	R\$ 39,90	R\$ 7.182,00	NÃO
28	DOCE DE COCO, SABOR COMPATÍVEL COM A VARIEDADE BRANCO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "COCO" ENTRE OS DOIS PRIMEIROS INGREDIENTES, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: CARBOIDRATOS ENTRE 45–75 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO \leq 100 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO):	462673	UN	270	68	23	R\$ 24,99	R\$ 6.747,30	NÃO

	COCADA DA PRAIA, DOCILE, ARCOR (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 1,28 KG.								
29	DOCE DE COCO, SABOR COMPATÍVEL COM A VARIEDADE QUEIMADO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "COCO" ENTRE OS DOIS PRIMEIROS INGREDIENTES, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: CARBOIDRATOS ENTRE 45–75 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO ≤ 100 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): COCADA DA PRAIA, DOCILE, ARCOR (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 1,28KG.	462673	UN	270	68	23	R\$ 26,26	R\$ 7.090,20	NÃO
30	DOCE DE GOMA TIPO GELEIA DE AMIDO EM TABLETE CRISTALIZADO, SABOR COMPATÍVEL COM A DECLARAÇÃO DO RÓTULO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER AÇÚCAR E GELIFICANTE/ESPESSANTE PERMITIDO, PODENDO CONTER FRUTA/AROMAS CONFORME SABOR, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: CARBOIDRATOS ENTRE 50–80 G, GORDURAS TOTAIS ≤ 1 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO ≤ 50 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): PREDILECTA, FUGINI, HEMMER (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 24 GR, REEMBALADO EM CAIXA/POTE DE 50 UNIDADES COM 1,2 KG.	621516	CX	360	90	30	R\$ 27,23	R\$ 9.802,80	NÃO
31	DOCE TIPO PÉ-DE-MOLEQUE, À BASE DE AMENDOIM. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "AMENDOIM" ENTRE OS DOIS PRIMEIROS INGREDIENTES, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: PROTEÍNAS ≥ 8 G, AÇÚCARES TOTAIS ≤ 60 G, GORDURAS TRANS ≤ 0,5 G E SÓDIO ≤ 200 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): SANTA HELENA, YOKI, DOCILE (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM DE 50 UNIDADES. EMBALAGEM COM 800 G.	462652	CX	360	90	30	R\$ 36,11	R\$ 12.999,60	NÃO
32	FEIJÃO BRANCO, GRÃOS ÍNTEGROS, LIMPOS E SECOS. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER EXCLUSIVAMENTE "FEIJÃO BRANCO". OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE SER COMPATÍVEL COM LEGUMINOSA SECA, INDICANDO, POR 100 G: PROTEÍNAS ENTRE 18–26 G, CARBOIDRATOS ENTRE 55–70 G, GORDURAS TOTAIS ≤ 3 G E SÓDIO ≤ 20 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): KICALDO, CAMPO BELO, CAMIL (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM 1 KG.	464559	UN	540	135	45	R\$ 17,12	R\$ 9.244,80	NÃO
33	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO PARA USO ALIMENTAR. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR AGENTES DE FERMENTAÇÃO (EX.: BICARBONATO DE SÓDIO) E ESTABILIZANTES PERMITIDOS, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: SÓDIO ≤ 25000 MG, COM VALORES COMPATÍVEIS COM FERMENTO QUÍMICO. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): ROYAL, DR. OETKER, FLEISCHMANN (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM 250G.	481031	UN	270	68	23	R\$ 12,63	R\$ 3.410,10	NÃO
34	GELEIA DE FRUTAS, EMBALAGEM INDIVIDUAL TIPO BLISTER COM 15 G, SABORES VARIADOS, SEM GLÚTEN, COM POLPA DE FRUTA, AÇÚCAR, ESTABILIZANTE PECTINA, ACIDULANTE ÁCIDO LÁCTICO, CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO. CAIXA COM 140 UN.	475568	UN	218	55	18	R\$ 64,90	R\$ 14.148,20	NÃO
35	LEITE CONDENSADO INTEGRAL, PRÓPRIO PARA PREPAROS. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "LEITE" ENTRE OS DOIS PRIMEIROS INGREDIENTES E AÇÚCAR COMO INGREDIENTE CARACTERÍSTICO, PODENDO CONTER ESTABILIZANTES PERMITIDOS, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: PROTEÍNAS ≥ 6 G, CARBOIDRATOS ENTRE 50–70 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO ≤ 150 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): MOÇA, ITAMBÉ, PIRACANJUBA (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM 395 G.	464014	UN	3.600	900	300	R\$ 6,00	R\$ 21.600,00	NÃO
36	LEITE CONDENSADO INTEGRAL, PRÓPRIO PARA PREPAROS. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "LEITE" ENTRE OS DOIS PRIMEIROS INGREDIENTES E AÇÚCAR COMO INGREDIENTE CARACTERÍSTICO, PODENDO CONTER ESTABILIZANTES PERMITIDOS, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: PROTEÍNAS ≥ 6 G, CARBOIDRATOS ENTRE 50–70 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO ≤ 150 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): MOÇA, ITAMBÉ, PIRACANJUBA (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE COM 2,6 KG.	464014	UN	270	68	23	R\$ 37,97	R\$ 10.251,90	NÃO
37	LEITE DE COCO, PRONTO PARA USO CULINÁRIO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "COCO" ENTRE OS DOIS PRIMEIROS INGREDIENTES, PODENDO CONTER ÁGUA E CONSERVADORES PERMITIDOS, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 ML: GORDURAS TOTAIS ENTRE 10–25 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO ≤ 80 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): DUCOCO, SOCÔCO, COCO DO VALE (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM DE 500 ML.	464012	UN	1.080	270	90	R\$ 14,79	R\$ 15.973,20	NÃO

38	LEITE EM PÓ, LEITE EM PÓ, INTEGRAL CONFORME DECLARAÇÃO DO RÓTULO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "LEITE" COMO INGREDIENTE PRINCIPAL (OU ÚNICO), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: PROTEÍNAS ≥ 24 G, CARBOIDRATOS ENTRE 35–55 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO ≤ 500 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): NINHO, ITAMBÉ, PIRACANJUBA (OU EQUIVALENTE). O ITEM COMPOSTO LÁCTEO NÃO SERÁ ACEITO. EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 1KG.	459637	UN	450	113	38	R\$ 50,07	R\$ 22.531,50	NÃO
39	MAIONESE, PRONTA PARA CONSUMO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "ÓLEO VEGETAL" COMO PRIMEIRO INGREDIENTE E "OVOS" OU "GEMA" ENTRE OS QUATRO PRIMEIROS INGREDIENTES, SEM "GORDURA VEGETAL HIDROGENADA", OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: SÓDIO ≤ 1200 MG E GORDURAS TRANS ≤ 1 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): HELLMANN'S, HEINZ, LIZA (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM 3KG.	459660	UN	900	225	75	R\$ 32,79	R\$ 29.511,00	NÃO
40	MANJERICÃO SECO/DESIDRATADO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER EXCLUSIVAMENTE "MANJERICÃO". OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: SÓDIO ≤ 200 MG E GORDURAS TRANS = 0 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): KITANO, ARISCO, BOMBAY (OU EQUIVALENTE).CASO O PRODUTO SEJA FRACIONADO E REEMBALADO, O FORNECEDOR DEVERÁ GARANTIR O ATENDIMENTO À RESPONSABILIDADE TÉCNICA E ÀS NORMAS DE SEGURANÇA PERTINENTES À REEMBALAGEM DE PRODUTOS. O PRODUTO NÃO DEVE SER ACRESCIDO DE FARINHAS E/OU AMIDOS. EMBALAGEM DE 1KG.	463908	UN	22	6	2	R\$ 18,98	R\$ 417,56	NÃO
41	MANTEIGA SEM SAL, PRÓPRIA PARA CONSUMO E USO CULINÁRIO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "CREME DE LEITE"/"GORDURA DE LEITE" COMO INGREDIENTE CARACTERÍSTICO, NÃO DEVENDO CONTER "SAL" NA LISTA DE INGREDIENTES, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: SÓDIO ≤ 50 MG, GORDURAS TRANS ≤ 1 G E GORDURAS TOTAIS ≥ 70 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): AVIAÇÃO, TIROLEZ, ITAMBÉ (OU EQUIVALENTE),. EMBALAGEM DE 200G.	446394	UN	540	135	45	R\$ 9,70	R\$ 5.238,00	NÃO
42	MEL DE ABELHA, PURO, PRONTO PARA CONSUMO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER EXCLUSIVAMENTE "MEL". OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259 /2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: CARBOIDRATOS ≥ 75 G, GORDURAS TOTAIS = 0 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO ≤ 20 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): FLORA NÉCTAR, BREITSAMER, MEL SILVESTRE (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM 300G.	413364	UN	1.000	250	83	R\$ 23,90	R\$ 23.900,00	NÃO
43	MOSTARDA, PRONTA PARA CONSUMO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "MOSTARDA" /"SEMENTE DE MOSTARDA" COMO INGREDIENTE CARACTERÍSTICO, PODENDO CONTER ÁGUA, VINAGRE E SAL, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: SÓDIO ≤ 2000 MG E GORDURAS TRANS = 0 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): HEMMER, HELLMANN'S, MAILLE (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM 3,3 KG.	459667	UN	275	69	23	R\$ 26,90	R\$ 7.397,50	NÃO
44	MISTURA EM PÓ PARA PREPARO DE MOUSSE SABOR CHOCOLATE, PRÓPRIA PARA RECONSTITUIÇÃO CONFORME INSTRUÇÕES DO FABRICANTE. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER AÇÚCAR E INGREDIENTES CARACTERÍSTICOS DO SABOR (EX.: CACAU PARA CHOCOLATE, FRUTA/AROMA PARA MARACUJÁ), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G DO PÓ: CARBOIDRATOS ENTRE 60–90 G, GORDURAS TOTAIS ≤ 10 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO ≤ 600 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): DR. OETKER, APTÍ, FLEISCHMANN (OU EQUIVALENTE) EMBALAGEM COM 500G. EMBALAGEM COM 500G.	396583	UN	450	113	38	R\$ 30,04	R\$ 13.518,00	NÃO
45	MISTURA EM PÓ PARA PREPARO DE MOUSSE SABOR MARACUJÁ, PRÓPRIA PARA RECONSTITUIÇÃO CONFORME INSTRUÇÕES DO FABRICANTE. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER AÇÚCAR E INGREDIENTES CARACTERÍSTICOS DO SABOR (EX.: CACAU PARA CHOCOLATE, FRUTA/AROMA PARA MARACUJÁ), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G DO PÓ: CARBOIDRATOS ENTRE 60–90 G, GORDURAS TOTAIS ≤ 10 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO ≤ 600 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): DR. OETKER, APTÍ, FLEISCHMANN (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM 500G. EMBALAGEM COM 500G.	396214	UN	720	180	60	R\$ 26,59	R\$ 19.144,80	NÃO
46	NÉCTAR DE FRUTAS – SUÇO, LATA/CAIXA ENTRE 250/300ML - SABORES VARIADOS - MÁXIMO 25G DE CARBOIDRATO/200ML E 15MG DE SÓDIO/200ML., LATA COM 290ML.	486398	UN	50.000	12.500	4.167	R\$ 4,29	R\$ 214.500,00	NÃO
	ORÉGANO DESIDRATADO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER EXCLUSIVAMENTE "ORÉGANO". OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A								

47	TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: SÓDIO \leq 200 MG E GORDURAS TRANS = 0 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): KITANO, ARISCO, BOMBAY (OU EQUIVALENTE).CASO O PRODUTO SEJA FRACIONADO E REEMBALADO, O FORNECEDOR DEVERÁ GARANTIR O ATENDIMENTO À RESPONSABILIDADE TÉCNICA E ÀS NORMAS DE SEGURANÇA PERTINENTES À REEMBALAGEM DE PRODUTOS. O PRODUTO NÃO DEVE SER ACRESCIDO DE FARINHAS E/OU AMIDOS. EMBALAGEM COM 500 G.	463916	UN	153	38	13	R\$ 21,90	R\$ 3.350,70	NÃO
48	OVOS DE CODORNA EM CONSERVA, PRONTOS PARA CONSUMO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "OVOS DE CODORNA" COMO PRIMEIRO INGREDIENTE, PODENDO CONTER ÁGUA, SAL E CONSERVADORES PERMITIDOS, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: PROTEÍNAS \geq 10 G, CARBOIDRATOS \leq 3 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO \leq 900 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): JUREMA, POMAROLA, BONDUELLE (OU EQUIVALENTE) PESO LÍQUIDO 1,7 E PESO DRENADO 1KG. EMBALAGEM COM PESO LÍQUIDO 1,7 E PESO DRENADO 1KG.	446625	UN	360	90	30	R\$ 66,23	R\$ 23.842,80	NÃO
49	PALMITO EM CONSERVA INTEIRO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "PALMITO" COMO PRIMEIRO INGREDIENTE, PODENDO CONTER ÁGUA, SAL E ACIDULANTES PERMITIDOS, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: CARBOIDRATOS \leq 6 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO \leq 900 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): PALMITO RIO, HEARTS OF PALM, PUPUNHA (OU EQUIVALENTE) COM PESO LÍQUIDO 540G E PESO DRENADO 300G.	460486	UN	5.000	1.250	417	R\$ 21,91	R\$ 109.550,00	NÃO
50	PALMITO EM CONSERVA INTEIRO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "PALMITO" COMO PRIMEIRO INGREDIENTE, PODENDO CONTER ÁGUA, SAL E ACIDULANTES PERMITIDOS, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: CARBOIDRATOS \leq 6 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO \leq 900 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): PALMITO RIO, HEARTS OF PALM, PUPUNHA (OU EQUIVALENTE). PESO DRENADO 1,8 KG E PESO LÍQUIDO 3KG.	460486	UN	1.000	250	83	R\$ 86,15	R\$ 86.150,00	NÃO
51	PEITO DE PERU DEFUMADO, CONTENDO NO MÁXIMO 281MG DE SÓDIO E 0,2G GORDURAS SATURADAS, NO MÍNIMO 8G DE PROTEÍNAS, POR PORÇÃO DE 40G, PEÇA EMBALADA EM PLÁSTICO INVOLÁVEL, SELADO A VÁCUO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 03 MESES, A PARTIR DA ENTREGA. EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 2,5 KG	447792	KG	90	23	8	R\$ 81,65	R\$ 7.348,50	NÃO
52	QUEIJO PARMESÃO, EMBALADO EM PLÁSTICO INVOLÁVEL, SELADO A VÁCUO, PESANDO ENTRE 4 A 5 KG A PEÇA, CONTENDO NO MÁXIMO 129MG DE SÓDIO POR PORÇÃO DE 30G. COM VALIDADE MÍNIMA DE 03 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	446647	KG	1.100	275	92	R\$ 115,17	R\$ 126.687,00	NÃO
53	REFRIGERANTE À BASE DE COLA, PRONTO PARA BEBER. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR AÇÚCAR COMO INGREDIENTE CARACTERÍSTICO (QUANDO NÃO ZERO), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 ML: CARBOIDRATOS ENTRE 9–12 G, GORDURAS TOTAIS = 0 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO \leq 20 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): COCA-COLA, PEPSI, GUARANÁ JESUS (COLA EQUIVALENTE) (OU EQUIVALENTE). GARRAFA PET COM 2 LITROS.	314055	UN	8.000	2.000	667	R\$ 11,83	R\$ 94.640,00	NÃO
54	REFRIGERANTE À BASE DE COLA, PRONTO PARA BEBER. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR AÇÚCAR COMO INGREDIENTE CARACTERÍSTICO (QUANDO NÃO ZERO), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 ML: CARBOIDRATOS ENTRE 9–12 G, GORDURAS TOTAIS = 0 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO \leq 20 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): COCA-COLA, PEPSI, GUARANÁ JESUS (COLA EQUIVALENTE) LATA COM 350 ML.	314055	UN	3.150	788	263	R\$ 3,69	R\$ 11.623,50	NÃO
55	REFRIGERANTE À BASE DE COLA, PRONTO PARA BEBER. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR AÇÚCAR COMO INGREDIENTE CARACTERÍSTICO (QUANDO NÃO ZERO), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 ML: CARBOIDRATOS ENTRE 9–12 G, GORDURAS TOTAIS = 0 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO \leq 20 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): COCA-COLA, PEPSI, GUARANÁ JESUS (COLA EQUIVALENTE) (OU EQUIVALENTE). GARRAFA PET COM 2 LITROS.	347150	UN	540	135	45	R\$ 8,82	R\$ 4.762,80	NÃO
56	REFRIGERANTE À BASE DE COLA, PRONTO PARA BEBER. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR AÇÚCAR COMO INGREDIENTE CARACTERÍSTICO (QUANDO NÃO ZERO), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 ML: CARBOIDRATOS ENTRE 9–12 G, GORDURAS TOTAIS = 0 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO \leq 20 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): COCA-COLA, PEPSI, GUARANÁ JESUS (COLA EQUIVALENTE) (OU EQUIVALENTE). LATA COM 350ML.	347150	UN	720	180	60	R\$ 4,29	R\$ 3.088,80	NÃO
	REFRIGERANTE SABOR GUARANÁ ZERO AÇÚCAR, PRONTO PARA BEBER. A LISTA DE								

57	INGREDIENTES NÃO DEVE CONTER “AÇÚCAR”/“SACAROSE” COMO INGREDIENTE E DEVE INDICAR EDULCORANTES (QUANDO APLICÁVEL), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 ML: AÇÚCARES TOTAIS = 0 G, VALOR ENERGÉTICO ≤ 1 KCAL E SÓDIO ≤ 20 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): GUARANÁ ANTÁRTICA ZERO, KUAT ZERO, SCHIN ZERO (OU EQUIVALENTE). LATA COM 350 ML.	305735	UN	720	180	60	R\$ 3,99	R\$ 2.872,80	NÃO
58	REFRIGERANTE SABOR GUARANÁ ZERO AÇÚCAR, PRONTO PARA BEBER. A LISTA DE INGREDIENTES NÃO DEVE CONTER “AÇÚCAR”/“SACAROSE” COMO INGREDIENTE E DEVE INDICAR EDULCORANTES (QUANDO APLICÁVEL), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 ML: AÇÚCARES TOTAIS = 0 G, VALOR ENERGÉTICO ≤ 1 KCAL E SÓDIO ≤ 20 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): GUARANÁ ANTÁRTICA ZERO, KUAT ZERO, SCHIN ZERO (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM PET COM 2 LITROS.	305735	UN	900	225	75	R\$ 8,63	R\$ 7.767,00	NÃO
59	REFRIGERANTE SABOR GUARANÁ, PRONTO PARA BEBER. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR AÇÚCAR COMO INGREDIENTE CARACTERÍSTICO (QUANDO NÃO ZERO), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 ML: CARBOIDRATOS ENTRE 9–12 G, GORDURAS TOTAIS = 0 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO ≤ 20 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): GUARANÁ ANTÁRTICA, KUAT, SCHIN (OU EQUIVALENTE). GARRAFA PET COM 2 LITROS.	217785	UN	3.600	900	300	R\$ 10,00	R\$ 36.000,00	NÃO
60	REFRIGERANTE SABOR GUARANÁ, PRONTO PARA BEBER. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR AÇÚCAR COMO INGREDIENTE CARACTERÍSTICO (QUANDO NÃO ZERO), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 ML: CARBOIDRATOS ENTRE 9–12 G, GORDURAS TOTAIS = 0 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO ≤ 20 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): GUARANÁ ANTÁRTICA, KUAT, SCHIN (OU EQUIVALENTE). LATA COM 350ML.	217785	UN	1.260	315	105	R\$ 3,49	R\$ 4.397,40	NÃO
61	REQUEIJÃO CREMOSO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER “LEITE” E/OU “CREME DE LEITE” ENTRE OS DOIS PRIMEIROS INGREDIENTES, PODENDO CONTER SAL E ESTABILIZANTES PERMITIDOS, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: PROTEÍNAS ≥ 6 G, CARBOIDRATOS ≤ 10 G, GORDURAS TRANS ≤ 1 G E SÓDIO ≤ 900 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): CATUPIRY, TIROLEZ, DANONE (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM POUCHE COM 1,5 KG.	405351	UN	180	45	15	R\$ 62,90	R\$ 11.322,00	NÃO
62	SAGU (FÉCULA DE MANDIOCA EM PÉROLAS), PRÓPRIO PARA SOBREMESAS. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER EXCLUSIVAMENTE “FÉCULA DE MANDIOCA”/“TAPIOCA”. OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: CARBOIDRATOS ≥ 80 G, GORDURAS TOTAIS = 0 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO ≤ 20 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): YOKI, AMAFIL, PINDUCA (OU EQUIVALENTE).. PACOTE COM 500G.	462474	UN	900	225	75	R\$ 14,99	R\$ 13.491,00	NÃO
63	SALGADO ASSADO E CONGELADO, SALGADO ASSADO E CONGELADO, TIPO E SABOR CONFORME DECLARAÇÃO DO RÓTULO (EX.: ESFIHA, ENROLADINHO, PÃO DE QUEIJO ASSADO, ETC.). A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR MASSA E RECHEIO COMPATÍVEIS COM O TIPO DECLARADO (EX.: FARINHA DE TRIGO OU AMIDO PARA MASSA; CARNE/FRANGO/QUEIJO /LEGUMES PARA RECHEIO), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: PROTEÍNAS ≥ 6 G, GORDURAS TRANS ≤ 0,5 G E SÓDIO ≤ 800 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA, LACRADA E COM ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): SEVEN BOYS, WICKBOLD, PÃO DE AÇÚCAR (FOOD SERVICE) (OU EQUIVALENTE). 30 GRAMAS, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	363092	UN	400	100	33	R\$ 80,00	R\$ 32.000,00	NÃO
64	SALGADO ASSADO E CONGELADO, SALGADO ASSADO E CONGELADO, TIPO E SABOR CONFORME DECLARAÇÃO DO RÓTULO (EX.: ESFIHA, ENROLADINHO, PÃO DE QUEIJO ASSADO, ETC.). A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR MASSA E RECHEIO COMPATÍVEIS COM O TIPO DECLARADO (EX.: FARINHA DE TRIGO OU AMIDO PARA MASSA; CARNE/FRANGO/QUEIJO /LEGUMES PARA RECHEIO), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: PROTEÍNAS ≥ 6 G, GORDURAS TRANS ≤ 0,5 G E SÓDIO ≤ 800 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA, LACRADA E COM ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): SEVEN BOYS, WICKBOLD, PÃO DE AÇÚCAR (FOOD SERVICE) (OU EQUIVALENTE). APROXIMADAMENTE 150 GRAMAS.	363092	UN	2.500	625	208	R\$ 146,70	R\$ 366.750,00	NÃO
	SALGADO PARA FRITAR, EMPANADO E CONGELADO, SALGADO EMPANADO E CONGELADO PARA FRITAR, TIPO E SABOR CONFORME DECLARAÇÃO DO RÓTULO (EX.: COXINHA, RISÓLIS, BOLINHO, ETC.). A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR RECHEIO COMPATÍVEL COM O TIPO DECLARADO E EMPANAMENTO À BASE DE FARINHA/AMIDO, SEM “GORDURA VEGETAL								

65	HIDROGENADA", OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: PROTEÍNAS ≥ 6 G, GORDURAS TRANS ≤ 0,5 G E SÓDIO ≤ 800 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA, LACRADA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): SEARA, AURORA, PERDIGÃO (OU EQUIVALENTE). 30 GRAMAS, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	632173	UN	600	150	50	R\$ 91,30	R\$ 54.780,00	NÃO
66	SELETA DE LEGUMES EM CONSERVA, SELETA DE LEGUMES EM CONSERVA. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER LEGUMES (EX.: ERVILHA, CENOURA, MILHO) COMO INGREDIENTES PRINCIPAIS, PODENDO CONTER ÁGUA E SAL, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: SÓDIO ≤ 600 MG E GORDURAS TRANS = 0 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): QUERO, BONDUELLE, POMAROLA (OU EQUIVALENTE). E EMBALAGEM COM 2 KG DRENADO.	462825	UN	1.080	270	90	R\$ 34,10	R\$ 36.828,00	NÃO
67	SORVETE DE MASSA, SORVETE DE MASSA, SABORES DIVERSOS. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER INGREDIENTES BASE (EX.: LEITE/DERIVADOS OU ÁGUA, AÇÚCAR) E INGREDIENTES CARACTERÍSTICOS DO SABOR (EX.: CACAU PARA CHOCOLATE, FRUTA PARA MORANGO), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: CARBOIDRATOS ENTRE 18–32 G, GORDURAS TOTAIS ENTRE 4–14 G, GORDURAS TRANS ≤ 0,5 G E SÓDIO ≤ 120 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): KIBON, NESTLÉ, ROCHINHA (OU EQUIVALENTE). BALDE COM 10 LITROS.	470750	UN	1.000	250	83	R\$ 128,00	R\$ 128.000,00	NÃO
68	SUCO CONCENTRADO DE ABACAXI, DESTINADO À DILUIÇÃO, COM RENDIMENTO 500ML CONCENTRADO PARA 1,5L APÓS DILUIÇÃO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "SUCO /POLPA CONCENTRADA" DA FRUTA DECLARADA ENTRE OS DOIS PRIMEIROS INGREDIENTES, NÃO SENDO ADMITIDO QUE "AÇÚCAR" ANTECEDA A FRUTA QUANDO HOUVER DECLARAÇÃO DE POLPA/SUCO, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 ML DO CONCENTRADO: SÓDIO ≤ 30 MG, GORDURAS TRANS = 0 G E CARBOIDRATOS COMPATÍVEIS COM PRODUTO CONCENTRADO (≥ 20 G). EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): MAGUARY, DAFRUTA, TIAL (OU EQUIVALENTE). GARRAFA PET COM 500ML	464752	UN	720	180	60	R\$ 5,48	R\$ 3.945,60	NÃO
69	SUCO CONCENTRADO DE CAJU, DESTINADO À DILUIÇÃO, COM RENDIMENTO 500ML CONCENTRADO PARA 1,5L APÓS DILUIÇÃO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "SUCO /POLPA CONCENTRADA" DA FRUTA DECLARADA ENTRE OS DOIS PRIMEIROS INGREDIENTES, NÃO SENDO ADMITIDO QUE "AÇÚCAR" ANTECEDA A FRUTA QUANDO HOUVER DECLARAÇÃO DE POLPA/SUCO, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 ML DO CONCENTRADO: SÓDIO ≤ 30 MG, GORDURAS TRANS = 0 G E CARBOIDRATOS COMPATÍVEIS COM PRODUTO CONCENTRADO (≥ 20 G). EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): MAGUARY, DAFRUTA, TIAL (OU EQUIVALENTE). GARRAFA PET COM 1 LITRO.	486402	UN	540	135	45	R\$ 9,17	R\$ 4.951,80	NÃO
70	SUCO CONCENTRADO DE UVA, DESTINADO À DILUIÇÃO, COM RENDIMENTO 500ML CONCENTRADO PARA 1,5L APÓS DILUIÇÃO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "SUCO /POLPA CONCENTRADA" DA FRUTA DECLARADA ENTRE OS DOIS PRIMEIROS INGREDIENTES, NÃO SENDO ADMITIDO QUE "AÇÚCAR" ANTECEDA A FRUTA QUANDO HOUVER DECLARAÇÃO DE POLPA/SUCO, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 ML DO CONCENTRADO: SÓDIO ≤ 30 MG, GORDURAS TRANS = 0 G E CARBOIDRATOS COMPATÍVEIS COM PRODUTO CONCENTRADO (≥ 20 G). EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): MAGUARY, DAFRUTA, TIAL (OU EQUIVALENTE). GARRAFA PET COM 500ML	486171	UN	1.035	259	86	R\$ 7,79	R\$ 8.062,65	NÃO
71	TEMPERO COMPLETO, PRONTO PARA USO CULINÁRIO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER, ALÉM DE SAL, ERVAS E/OU CONDIMENTOS (EX.: ALHO, CEBOLA, PIMENTA, SALSA) ENTRE OS CINCO PRIMEIROS INGREDIENTES, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: SÓDIO ≤ 20000 MG E GORDURAS TRANS = 0 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): ARISCO, KITANO, SABOR AMI (OU EQUIVALENTE). CASO O PRODUTO SEJA FRACIONADO E REEMBALADO, O FORNECEDOR DEVERÁ GARANTIR O ATENDIMENTO À RESPONSABILIDADE TÉCNICA E ÀS NORMAS DE SEGURANÇA PERTINENTES À REEMBALAGEM DE PRODUTOS. O PRODUTO NÃO DEVE SER ACRESCIDO DE FARINHAS E/OU AMIDOS. EMBALAGEM COM 1 KG.	482881	UN	540	135	45	R\$ 7,70	R\$ 4.158,00	NÃO
72	TEMPERO SECO TIPO CHIMICHURRI, PRÓPRIO PARA USO CULINÁRIO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER ERVAS/CONDIMENTOS (EX.: ORÉGANO, SALSA, ALHO, PIMENTA) ENTRE OS TRÊS PRIMEIROS INGREDIENTES, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: SÓDIO ≤ 15000 MG E GORDURAS TRANS = 0 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): KITANO, ARISCO, BOMBAY (OU EQUIVALENTE) .CASO O PRODUTO SEJA FRACIONADO E REEMBALADO, O FORNECEDOR DEVERÁ GARANTIR O ATENDIMENTO À RESPONSABILIDADE TÉCNICA E ÀS NORMAS DE	444503	UN	630	158	53	R\$ 25,95	R\$ 16.348,50	NÃO

	SEGURANÇA PERTINENTES À REEMBALAGEM DE PRODUTOS. O PRODUTO NÃO DEVE SER ACRESCIDO DE FARINHAS E/OU AMIDOS. 500G.								
73	ALHO FRITO, GRANULADO OU LAMINADO, PRONTO PARA USO CULINÁRIO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "ALHO" COMO PRIMEIRO INGREDIENTE. OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. É VEDADA A PRESENÇA DE "GORDURA VEGETAL HIDROGENADA" NA LISTA DE INGREDIENTES. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: GORDURAS TRANS \leq 0,5 G E SÓDIO \leq 500 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA, LACRADA E ROTULADA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): KISABOR, KITANO, BOMBAY (OU EQUIVALENTE). CASO O PRODUTO SEJA FRACIONADO E REEMBALADO, O FORNECEDOR DEVERÁ GARANTIR O ATENDIMENTO À RESPOSNABILIDADE TÉCNICA E ÀS NORMAS DE SEGURNAÇA PERTINENTES À REEMBALAGEM DE PRODUTOS. O PRODUTO NÃO DEVE SER ACRESCIDO DE FARINHAS E/OU AMIDOS. EMBALAGEM COM 500G. COTA RESERVADA IDEM AO ITEM 04.	463860	UN	600	150	50	R\$ 38,66	R\$ 23.196,00	SIM
74	BATATA CONGELADA , CORTE CRINKLE, PARA ASSAR OU FRITAR, PRODUZIDA A PARTIR DE PRODUTO SELECIONADO, CORTADAS EM PALITOS UNIFORMES, PRÉ-FRITAS E CONGELADAS. EMBALAGEM COM 1,5 KG. COTA RESERVADA IDEM AO ITEM 05.	481135	UN	1.187	297	99	R\$ 22,75	R\$ 27.004,25	SIM
75	CACAU EM PÓ, PRÓPRIO PARA PREPAROS E BEBIDAS. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "CACAU" OU "CACAU EM PÓ" COMO ÚNICO INGREDIENTE. OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: AÇÚCARES ADICIONADOS = 0 G (QUANDO DECLARADO) E SÓDIO \leq 100 MG, COM VALORES COMPATÍVEIS COM CACAU PURO. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): QUALICOCO, MELKEN, NESTLÉ DOIS FRADES (OU EQUIVALENTE). EMBALAGEM COM 200G. COTA RESERVADA IDEM AO ITEM 10.	463532	UN	600	150	50	R\$ 24,71	R\$ 14.826,00	SIM
76	NÉCTAR DE FRUTAS – SUCO, LATA/CAIXA ENTRE 250/300ML - SABORES VARIADOS - MÁXIMO 25G DE CARBOIDRATO/200ML E 15MG DE SÓDIO/200ML. , LATA COM 290ML. COTA RESERVADA IDEM AO ITEM 46.	486398	UN	4.000	1.000	333	R\$ 4,29	R\$ 17.160,00	SIM
77	PALMITO EM CONSERVA INTEIRO. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER "PALMITO" COMO PRIMEIRO INGREDIENTE, PODENDO CONTER ÁGUA, SAL E ACIDULANTES PERMITIDOS, OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: CARBOIDRATOS \leq 6 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO \leq 900 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): PALMITO RIO, HEARTS OF PALM, PUPUNHA (OU EQUIVALENTE) COM PESO LÍQUIDO 540G E PESO DRENADO 300G. COTA RESERVADA IDEM AO ITEM 49.	460486	UN	700	175	58	R\$ 21,91	R\$ 15.337,00	SIM
78	PALMITO DE AÇAÍ EM CONSERVA, INTEIRO, TIPO EXPORTAÇÃO, EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE COM PESO DRENADO 1,8 KG E PESO LÍQUIDO 3KG. COTA RESERVADA IDEM AO ITEM 50.	460486	UN	800	200	67	R\$ 86,15	R\$ 68.920,00	SIM
79	QUEIJO PARMESÃO, EMBALADO EM PLÁSTICO INVOLÁVEL, SELADO A VÁCUO, PESANDO ENTRE 4 A 5 KG A PEÇA, CONTENDO NO MÁXIMO 129MG DE SÓDIO POR PORÇÃO DE 30G. COM VALIDADE MÍNIMA DE 03 MESES A PARTIR DA ENTREGA. COTA RESERVADA IDEM AO ITEM 52.	446647	KG	700	175	58	R\$ 115,17	R\$ 80.619,00	SIM
80	REFRIGERANTE À BASE DE COLA, PRONTO PARA BEBER. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR AÇÚCAR COMO INGREDIENTE CARACTERÍSTICO (QUANDO NÃO ZERO), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 ML: CARBOIDRATOS ENTRE 9–12 G, GORDURAS TOTAIS = 0 G, GORDURAS TRANS = 0 G E SÓDIO \leq 20 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): COCA-COLA, PEPSI, GUARANÁ JESUS (COLA EQUIVALENTE) (OU EQUIVALENTE). GARRAFA PET COM 2 LITROS. COTA RESERVADA IDEM AO ITEM 53.	347150	UN	1.000	250	83	R\$ 11,83	R\$ 11.830,00	SIM
81	SALGADO ASSADO E CONGELADO, SALGADO ASSADO E CONGELADO, TIPO E SABOR CONFORME DECLARAÇÃO DO RÓTULO (EX.: ESFIHA, ENROLADINHO, PÃO DE QUEIJO ASSADO, ETC.). A LISTA DE INGREDIENTES DEVE INDICAR MASSA E RECHEIO COMPATÍVEIS COM O TIPO DECLARADO (EX.: FARINHA DE TRIGO OU AMIDO PARA MASSA; CARNE/FRANGO/QUEIJO /LEGUMES PARA RECHEIO), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: PROTEÍNAS \geq 6 G, GORDURAS TRANS \leq 0,5 G E SÓDIO \leq 800 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA, LACRADA E COM ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): SEVEN BOYS, WICKBOLD, PÃO DE AÇÚCAR (FOOD SERVICE) (OU EQUIVALENTE). APROXIMADAMENTE 150 GRAMAS. COTA RESERVADA IDEM AO ITEM 64.	363092	UN	500	125	42	R\$ 146,70	R\$ 73.350,00	SIM
82	SORVETE DE MASSA, SORVETE DE MASSA, SABORES DIVERSOS. A LISTA DE INGREDIENTES DEVE CONTER INGREDIENTES BASE (EX.: LEITE/DERIVADOS OU ÁGUA, AÇÚCAR) E INGREDIENTES CARACTERÍSTICOS DO SABOR (EX.: CACAU PARA CHOCOLATE, FRUTA PARA MORANGO), OBSERVANDO A ORDEM DECRESCENTE OBRIGATÓRIA DA RDC 259/2002. E A TABELA NUTRICIONAL DEVE INDICAR, POR 100 G: CARBOIDRATOS ENTRE 18–32 G, GORDURAS TOTAIS ENTRE 4–14 G, GORDURAS TRANS \leq 0,5 G E SÓDIO \leq 120 MG. EMBALAGEM ÍNTEGRA E ROTULAGEM COMPLETA. MARCAS DE REFERÊNCIA (EXEMPLO): KIBON, NESTLÉ, ROCHINHA (OU EQUIVALENTE). BALDE COM 10 LITROS. COTA RESERVADA IDEM AO ITEM 67.	470750	UN	500	125	42	R\$ 128,00	R\$ 64.000,00	SIM

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 120(cento e vinte) dias contados do(a) emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000030/2026;
 - II) Data de publicação no PNCP: 10/06/2025;
 - III) Id do item no PCA: 124;
 - VI) Classe/Grupo: 8950;
 - V) Identificador da Futura Contratação: 120060-76/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1.Em conformidade com o item 6 Aquisição de Alimentos - Gêneros Alimentícios da 8a edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - outubro de 2025:
- 4.1.2.1. Para os produtos embalados e rótulos devem ser observadas as regras constantes nas:
- 4.1.2.1.1 Resolução – RDC no 843, de 22 de fevereiro de 2024 - Dispõe sobre a regularização de alimentos e embalagens sob competência do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) destinados à oferta no território nacional;
 - 4.1.2.1.2 Resolução - RDC no 727, de 1º de julho de 2022 - Dispõe sobre a rotulagem dos alimentos embalados;
 - 4.1.2.1.3 Guia para determinação de prazo de validade de alimentos - Guia no 16/2018 – versão 3, de 02/04/2025;

4.1.2.1.4. o estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).

4.1.2. De acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPG nº 01 de 19/01/2010 a AFA poderá exigir do fornecedor os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção, durante o transporte e armazenamento e;
- d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI), Cadmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.3. Todas as embalagens, independentemente de serem consideradas biodegradáveis ou compostáveis, devem atender às listas positivas de substâncias autorizadas e demais regulamentos aplicáveis de acordo com o tipo de material, e ser fabricadas conforme os princípios gerais da RDC 91/2001.

4.1.4. Para os produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (Resoluções 359 e 360, de 23 de dezembro de 2003, da ANVISA), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC no 17, de 17 de março de 2008) e a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados (Lei no 9832/1999).

4.1.5. A permissão ou restrição do uso de materiais reciclados para materiais destinados ao contato com alimentos está definida nos regulamentos específicos, conforme o tipo de material. Para os materiais celulósicos (RDC no 88/2016), metálico (RDC no 20/2007) e vidro e cerâmica (Portaria no 27/1996) é permitido o uso de material reciclado. No caso de plástico (RDC no 20/2008) é permitido apenas PET-PCR grau alimentício. Não é permitido o uso de material reciclado para elastoméricos em contato com alimentos (Resolução no 123/2001).

4.1.6.. Se a embalagem for PET pós-consumo reciclado (PET PCR), deverá ser identificado de forma indelével: a identificação do produtor, o número de lote ou codificação que permita sua rastreabilidade e a expressão "PET-PCR". 4.1.6. As embalagens e artigos precursores de PET-PCR grau alimentício deverão ser regularizados perante a Autoridade Sanitária Competente, seguindo os procedimentos estabelecidos na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 843, de 22 de fevereiro de 2024, e na Instrução Normativa - IN nº 281, de 22 de fevereiro de 2024, e deverão declarar se são embalagens ou artigos precursores multicamadas ou monocamadas de uso único ou retornáveis contendo PET- PCR grau alimentício, conforme o caso.

4.1.7. Para os produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (Resoluções 359 e 360, de 23 de dezembro de 2003, da ANVISA), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC no 17, de 17 de março de 2008) e a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados (Lei no 9832/1999).

4.1.8. A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 711, de 2022, que dispõe sobre os requisitos sanitários dos amidos, biscoitos, cereais integrais, cereais processados, farelos, farinhas, farinhas integrais, massas alimentícias e pães.

4.1.9. Os veículos automotores utilizados na entrega dos materiais deverão utilizar combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia "flex", nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.4.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.4.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.4.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

4.5. Os itens 04, 05, 10, 46, 49, 50, 52, 53, 64 e 67 foram desmembrados para atender a cota reservada conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05(cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Seção de Subsistência (SSUB) da AFA, Estrada de Aguai s/nº, Campo Fontenelle, CEP 13.643-000, no horário das 07h às 11h.

5.3.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,02% (dois centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias

7.2.4.2 . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.]

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 01(um) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice e IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em março de 2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. Para maior definição acerca da oferta, o Pregoeiro poderá exigir catálogo ou folder na fase de aceitação, após a etapa de lances, a ser enviado juntamente com a proposta.

9.2.1. Se for julgado que seja o caso, será solicitado catálogo ou folder para avaliar se o produto ofertado está em acordo com as descrições solicitadas no certame, conforme item 1.1 do presente Termo de Referência.

9.2.2. Sugere-se que, prioritariamente, o catálogo ou folder seja disponibilizado em formato PDF, e contenha, no mínimo as seguintes características para permitir correta identificação do Objeto e do Licitante:

Timbre da empresa.

Nome da empresa.

CNPJ.

Endereço.

Telefone.

E-mail.

Carimbo da empresa.

Assinatura.

Referência ao item do processo licitatório e descrição detalhada do produto.

Foto do produto.

Foto do rótulo do produto.

Modo de estocagem e validade de acordo com as recomendações de estocagem.

Transporte conforme recomendações do fabricante.

9.2.3. Considerando o “Princípio do Formalismo Moderado” diante do item 1.1 citado em supra, apenas não serão aceitos aqueles catálogos tais que não permitam a correta identificação do item ofertado, conforme especificação do item 1.1 do presente Termo, e /ou daquele licitante que ora oferta a proposta.

9.2.3.1. Destaca-se, ainda, que a presente faculdade de solicitação, em medida diligencial, do catálogo, visa a esclarecer, e somente isso, a conformidade da oferta com a descrição do item 1.1 do TR. Logo, s.m.j., o critério basilar para aceitação, ou não, de proposta conforme catálogo será o alinhamento de especificação tal que atenda minimamente à descrição do item 1.1 do TR. Em casos diversos, entende-se que inexistiria o alinhamento entre oferta e finalidade da aquisição.

9.2.3.2. Em tempo, ressalta-se que, na possível hipótese de solicitação de catálogo como medida diligencial, caso o licitante em pauta não cumpra a solicitação conforme prazo estipulado pelo Pregoeiro(a), ou de acordo com dispositivo específico constante em Instrumento Convocatório, poderia existir a desclassificação da proposta tendo em vista a indefinição da mesma quanto a certeza positiva de atendimento mínimo com as condições exigidas no item 1.1 do presente Termo. Notasse que a mera não anexação de catálogo, considerando o Princípio do Formalismo Moderado, não seria por si só, motivo suficiente para mera desclassificação de proposta específica, visto que o presente procedimento é formal, não formalista.

9.2.3.3. Serão rejeitados os itens tais que não atendam plenamente as condições mínimas exigidas no presente termo de Referência, em especial ao item 1.1.

9.2.4. O prazo de entrega dos catálogos ou folders será de 2 (dois) horas a contar do contato do pregoeiro, ser enviado juntamente com a proposta.

9.2.5. O recebimento, bem como a avaliação dos catálogos ou folders serão realizadas por uma comissão técnica específica da Administração.

9.2.6. A solicitação de catálogo ou folder visa atender as expectativas da Administração, afim de suprir as demandas ora apresentadas pelo Órgão, uma vez que é de suma importância verificar as características solicitadas no processo com o produto ofertado pelo licitante, já que por meio desse dispositivo é possível alinhar o futuro recebimento do material com o certame, evitando assim falhas no recebimento do material. Tal exigência visa a aprovação da proposta mais vantajosa, bem como a manutenção do interesse público, aliado ao emprego responsável dos recursos da Fazenda Nacional.

9.3. Nos termos da Resolução RDC nº 259/2002 da ANVISA, a rotulagem dos produtos deverá apresentar, obrigatoriamente, a lista de ingredientes em ordem decrescente de quantidade, de modo a permitir a verificação objetiva da composição do alimento.

9.4. Na hipótese de reembalagem ou fracionamento pelo fornecedor, o produto deverá atender integralmente às exigências da RDC nº 259/2002, mantendo no rótulo, no mínimo, a denominação de venda, a lista de ingredientes, o conteúdo líquido, a identificação da origem, o número do lote, o prazo de validade e as condições de conservação. Ademais, o procedimento de reembalagem deverá observar as disposições da RDC nº 216/2004 – ANVISA, relativas às boas práticas de manipulação de alimentos, assegurando as condições higiênico-sanitárias, a rastreabilidade e a segurança do produto ofertado.

Forma de fornecimento

9.5. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.6. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por item, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.6.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.7. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.8. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.9. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.11. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.12. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.13. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.14. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.15. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.27. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.28. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 05 % do valor total estimado da parcela pertinente.
- 9.29. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.33. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 2.586.567,09 (dois milhões quinhentos e oitenta e seis mil quinhentos e sessenta e sete reais e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Conforme o artigo 17 do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de instrumento hábil.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Pirassununga, 12 de janeiro de 2026

Armando César França Nery 1S QTA TCO

Membro da equipe de planejamento

Denis Micael de Souza 2S QTA TCO

Membro da equipe de planejamento

Felipe Augusto da Silva 3S QTA TCO

Membro da equipe de planejamento

Ederson Alves Campos Cap Int

Gestor de Subsistência

Aprovo:

Wellington Marcelo Fernandes Cel Int

Ordenador de Despesas

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias,, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.16. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.18. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Carlos, Seção Judiciária de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ARMANDO CESAR FRANCA NERY
Membro da Comissão de Planejamento

DENIS MICAEL DE SOUZA

Membro da Comissão de Planejamento

FELIPE AUGUSTO DA SILVA

Membro da Comissão de Planejamento

EDERSON ALVES CAMPOS

Gestor de Subsistência



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TERMO DE REFERÊNCIA
Data/Hora de Criação:	09/06/2026 15:22:37
Páginas do Documento:	27
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	28
Hash MD5:	c56cc84acbc096968c858f8bd5ad5b4a
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento ARMANDO CÉSAR FRANÇA NERY no dia 09/06/2026 às 12:23:26 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento DENIS MICAEL DE SOUZA no dia 09/06/2026 às 12:25:43 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento FELIPE AUGUSTO DA SILVA no dia 09/06/2026 às 12:28:55 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap EDERSON ALVES CAMPOS no dia 10/06/2026 às 14:51:40 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel WELLINGTON MARCELO FERNANDES no dia 15/06/2026 às 13:52:48 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO